



ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA SAÚDE PÚBLICA: OPORTUNIDADES E DESAFIOS

Daniel de Arruda Silva ¹; Juliana Cardoso de Santana²; Prof^a Dra Regimênia Maria Braga de Carvalho³

(Universidade Estadual da Paraíba, efdanielarruda@gmail.com; Universidade Federal de Campina Grande, liannacg1@gmail.com; Universidade Estadual da Paraíba, regimeniacarvalho@fiepb.org.br)

Resumo: A educação física, antes mesmo de ser legalmente reconhecida como profissão, sempre desempenhou um papel importantíssimo na sociedade. Inicialmente, como uma forma de disciplinar o corpo para o alcance de objetivos, bem como na atuação de promoção da saúde e prevenção do adoecimento. Apesar das conquistas alcançadas pela profissão, a atuação do educador físico ainda se apresenta de maneira restrita, estando concentrada na prestação de serviços particulares. Tendo em vista a premissa da profissão de prevenir o adoecimento, torna-se interessante a discussão da atuação de educadores físicos através do Serviço Público de Saúde. A atuação destes profissionais pelo SUS representa uma grande oportunidade para a população atendida ser assistida antes que o adoecimento seja diagnosticado, através de avaliações físicas, dentre outros métodos que fazem parte das competências e capacidades do educador físico. Por outro lado, existem uma série de desafios que dificultam a atuação destes profissionais no serviço público, principalmente no que diz respeito à própria regulamentação desse trabalho. Investir na atuação de educadores físicos através do Sistema Único de Saúde contribui diretamente com a promoção e manutenção do bem-estar, prevenção de doenças e na promoção do envelhecimento com qualidade de vida. O presente artigo se propõe a através de uma revisão bibliográfica, analisar as principais oportunidades e desafios na atuação dos profissionais de educação física na saúde pública. De maneira geral, esta pesquisa contribui significativamente com a comunidade, uma vez que a escassez de estudos sobre o tema aqui abordado é bastante notória. Contudo, torna-se necessário o desenvolvimento de novos estudos que possibilitem uma discussão mais ampla entre gestores de políticas públicas e profissionais de educação física, sob o ponto de vista do custo-benefício.

Palavras-chave: Educação Física, Saúde Pública, Qualidade de Vida, SUS.

INTRODUÇÃO

A educação física tem sua história no Brasil desde a chegada de colonos, imigrantes e militares, quando estes organizaram-se para estruturar atividades que oferecessem lazer e disciplina corporal. De acordo com Souza Neto (2004), a contribuição mais significativa foi do grupo de militares e em especial, ao Exército que juntos buscaram demarcar territórios, criar regras e compartilhar os benefícios da atividade física para o alcance de seus objetivos.

Com o passar do tempo, os adeptos às atividades físicas, uniram esforços para tornar a Educação Física uma profissão legítima. A legitimidade da Educação Física foi conquistada no ano de 1939, através do decreto lei n. 1212 com a criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos e da Universidade do Brasil, desde então passando a ser currículo obrigatório na educação básica.



O profissional de educação física é capacitado para intervir através da prevenção, promoção e reabilitação da saúde por meio da educação, oferecimento de eventos, lazer e esportes, desempenhando deste modo, atividades muito importantes no âmbito da saúde coletiva. Conforme Mendes *et al.* (2010), as pessoas aparentam estarem cientes sobre os efeitos positivos da educação física no que diz respeito à prevenção de doenças e promoção da saúde, porém as informações populacionais sobre a realização de atividades físicas ou acesso a serviços da área são quase inexistentes, dificultando a formalização de dados sobre a relevância da profissão.

O fato das pessoas reconhecerem a importância da atividade física não garante que estas sejam adeptas a atividades que promovam bem-estar e qualidade de vida. Sabe-se que o envelhecimento da população representa um dos maiores desafios enfrentados pelo Sistema de Saúde Pública, já que é um processo natural que interfere fisio, psico e socialmente. Desta forma, é cada vez mais importante que a atuação do profissional de educação física bem como suas contribuições no Sistema Único de Saúde sejam amplamente discutidas.

Levando em conta a extrema necessidade de melhor compreender a atuação do profissional de educação física na promoção da saúde, bem como a premissa prioritária da Organização Mundial da Saúde (OMS) no ano de 2002 de que as políticas públicas devem voltar-se para a prática de exercício físico na promoção de vida saudável (CONFEEF, 2004), o presente artigo busca responder a seguinte problemática: Quais são as principais oportunidades e desafios na atuação dos profissionais de educação física na saúde pública?

Assim sendo, o objetivo geral do presente artigo é analisar as principais oportunidades e desafios na atuação dos profissionais de educação física na saúde pública. Acompanhando o objetivo geral, o artigo apresenta os seguintes objetivos específicos:

- Identificar as principais oportunidades para a atuação do profissional de educação física na saúde pública;
- Apontar os principais desafios enfrentados pelos profissionais de educação física na atuação na saúde pública;
- Analisar os benefícios da atuação do profissional de educação física no Sistema Único de Saúde.

Considerando a escassez de estudos sobre o tema, este artigo apresenta papel relevante na comunidade científica, uma vez que oferece uma oportunidade de reflexão sobre as possíveis modalidades de atuação dos educadores físicos. Além disso, é bastante interessante que os gestores do Serviço Público tenham conhecimento sobre a importância e os benefícios



da atuação estratégica de profissionais de Educação Física, no atendimento de saúde pública. Deste modo, este artigo justifica-se.

METODOLOGIA

O presente artigo classifica-se metodologicamente como revisão bibliográfica, uma vez que fundamentou-se em fontes bibliográficas, onde os dados foram obtidos a partir de trabalhos adequados ao recorte temático investigado de outros autores, conforme Gerhardt e Silveira (2009).

Para o alcance dos objetivos, foi realizado um levantamento nas bases de dados *Scielo*, Google Acadêmico, priorizando artigos científicos publicados na última década, com enfoques nos seguintes temas: *A profissão do educador físico; A atuação do educador físico no sistema de saúde pública; A importância da Educação Física nos PSFs e os benefícios oferecidos a comunidade e profissionais da saúde.*

A escolha dos artigos foi feita a partir da limitação de critérios de inclusão, sendo estes: atualização do assunto, adequação do artigo ao tema abordado nesta pesquisa, procedência da pesquisa e sobretudo, relevância da pesquisa para a comunidade científica. Como critérios de exclusão, foram desconsiderados os artigos com informações duvidosas, referências incompletas e pesquisas com dados ultrapassados que não refletem o cenário atual.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desde os primórdios da humanidade, o homem pré-histórico dependia de força, velocidade e disposição para poder sobreviver, sendo portanto, bastante ativo fisicamente. Além disso, na Grécia Antiga, a Educação Física era reconhecida principalmente através da ginástica conhecida como “arte do corpo nu”, pela qual as pessoas se preparavam fisicamente para a guerra. De acordo com Pitanga (2002), a atividade física surgiu na Europa por volta do século XIX, através de jogos, danças e da própria ginástica, espalhando-se posteriormente por todo o mundo.

No Brasil, por sua vez, a construção do Projeto de Educação Física se deu quando os primeiros grupos de colonos, imigrantes e militares, em diferentes partes do país, começaram a se estruturar em atividades afins, buscando o lazer, a formação corporal ou a disciplina. Conforme Souza Neto, *et al.* (2004), apenas a prática de determinadas atividades, habilidades



ou performances, embora importantes e necessárias, foi insuficiente.

Apenas a partir da legitimidade da Educação Física no ano de 1939, a profissão assume um papel importante na sociedade. Segundo o CONFEF (2004), somente no ano de 1997, o Ministério da Saúde apontou a Educação Física como profissão de nível superior da área da saúde, juntamente com profissões como Medicina, Enfermagem, Nutrição, dentre outras, passando a ser vista como profissão responsável pela promoção de saúde.

A atuação do profissional de Educação Física é importantíssima, pois ele é responsável por coordenar, planejar, programar, supervisionar, dirigir, organizar, avaliar e executar trabalhos e programas; realizar treinamentos especializados; participar de equipes multi e interdisciplinares e elaborar informes técnicos, científicos e pedagógicos na área de atividades físicas e do desporto (TAVARES, 2012).

Ainda segundo o Conselho Federal de Educação Física (2004), o interesse pela profissão cresceu de maneira relevante, tendo sido criadas mais 185 faculdades entre 2001 e 2004, porém cerca de 60% dos primeiros empregos dos educadores físicos são em academias.

Considerando a estatística acima citada, é importante para a comunidade discutir possíveis áreas de atuação destes profissionais e sobretudo sua atuação na saúde coletiva no Serviço Público. A atuação do educador físico na saúde pública é estratégica, considerando que a profissão é capaz de ampliar a abrangência de atendimentos e do público de pacientes atendidos na Atenção Básica às famílias das respectivas comunidades.

Um das vertentes de atuação, senão a mais importante é a prevenção do adoecimento, refletindo a necessidade da Educação Física nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs). As UBSs foram criadas no ano de 1994 pelo Ministério da Saúde do Brasil, através do PSF (Programa de Saúde da Família), sendo o principal objetivo melhorar o estado de saúde da população, através da construção de um modelo assistencial de atenção baseado na promoção, proteção, diagnóstico precoce, tratamento e recuperação da saúde em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Tendo em vista a saúde da população, é importante ressaltar que quando se investe na prevenção de doenças, é fundamental a atuação de educadores para que os resultados com a atividade física sejam os melhores possíveis na promoção da saúde e do bem-estar, trabalhando o corpo em sua totalidade (MENDES *et al*; 2010).

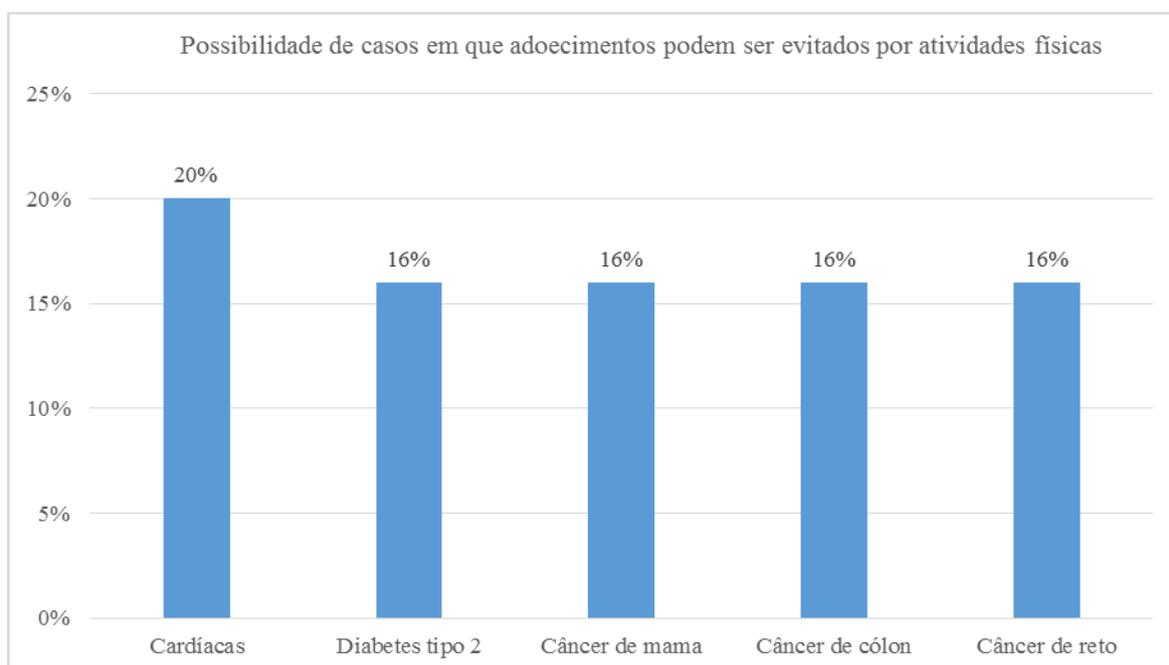
A atuação destes profissionais no serviço público, oferece benefícios para a população e para os próprios órgãos governamentais. Para a população, uma vez que o educador físico atua de maneira personalizada através da avaliação física, sendo possível anteceder



diagnósticos. E para o governo, já que o educador físico atuando de maneira estratégica, pode contribuir com a não sobrecarga de demais profissionais da saúde, tais como: médicos, enfermeiros e fisioterapeutas. Em suma, o educador físico constitui-se como parceiro da comunidade atendida pelos serviços de atenção básica.

Como ressalta Malta (2009), pesquisas realizadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), indicam que 22% das doenças cardíacas, 16% dos casos de diabetes tipo dois e de cânceres (mama, cólon e reto), podem ser evitados com a realização de atividades físicas em volume suficiente.

Gráfico 01. Possibilidade de não adoecimento através de atividades físicas



Fonte: Criado pelo autor (2017)

Se partirmos da premissa de que a educação física é capaz de promover saúde, bem-estar e qualidade de vida, ela deve ser enxergada pela iniciativa pública como atendimento prioritário na promoção da saúde coletiva, sobretudo pelo fato de que grande parte do acesso à atividades físicas como academias, requerem investimento financeiro elevado.

Deste modo, é possível inferir que investir na promoção da qualidade de vida da população, tem um custo-benefício relevante, já que se torna mais barato que custear despesas de hospitais como equipamentos, profissionais e medicamentos, oferecidos após o diagnóstico de doenças.

Para Pitanga (2002) atividade física e saúde estão ligadas, podendo esta primeira diminuir o risco de doenças. A Educação Física, portanto, traz inúmeros benefícios estratégicos para a promoção da saúde pública, pois promove a prevenção de várias doenças,



além de ajudar na reabilitação de outras.

Como oportunidades de atuação para os profissionais de educação, Jesus (2013) concluiu em seu estudo intitulado “*O sentido da educação física nos programas de saúde da família (PSF) para a comunidade e profissionais de saúde*”, que 15% dos seus entrevistados são aposentados, 40% analfabetos e 14,6% tem uma renda mensal de até dois salários mínimos e que por este motivo, optam por exercícios promovidos pelo SUS, já que por unanimidade não possuem condições de arcar financeiramente com serviços desta natureza. Em continuidade a esta afirmação, Reichert *et al.* (2007 *apud* JESUS,2013), concluiu em seu estudo realizado com brasileiros de 20 a 92 anos, que apenas 26,8% dos entrevistados são ativos.

Sendo que desse total 40,3% não aderem atividades físicas por falta de dinheiro. Deste modo, pode-se perceber que existe demanda para serviços públicos de atividades físicas.

Quadro 1. Percepção de adeptos a atividades físicas sobre a iniciativa do SUS

Perguntas	Respostas
1. As ações do PSF ligadas à Educação Física são capazes de contribuir para o seu desenvolvimento?	Desenvolvimento físico e controle de doenças
2. Depois que passou a participar das atividades ligadas a educação física, o mudou na sua saúde?	Prazer, autoestima e convívio
3. Para você, a atividade física tem a ver com saúde?	Sim, pois previne doenças
4. Quais os principais motivos que te fazem procurar atividades físicas nos PSFs?	Exercícios gratuitos, felicidade, contribuição pra saúde
4. Como você se sentiria se as atividades ligadas à educação física deixassem de ser oferecidas pelo PSF?	Decepção e tristeza

Fonte: Adaptado de Jesus (2013)

Outra oportunidade de atuação estratégica, diz respeito ao grupo especial de pacientes cardíacos, conforme constatação feita por Silva (1998 *apud* JESUS, 2013) em um estudo brasileiro, houve prevalência significativa maior de infarto agudo do miocárdio em pacientes que não tinham o hábito de realizar atividades físicas.

Sobre os desafios a serem enfrentados por estes profissionais, de acordo com Coutinho



(2011), existem apenas dois registros formais que desenham a atuação do educador físico na saúde pública, sendo estes:

- CREF (Conselho Regional de Educação Física): Posicionou recomendações para estes profissionais em três níveis, porém são carentes em fundamentos que discutam a relação entre educação física e SUS, contribuindo com que a profissão apresente caráter apenas de assistência;
- Ministério da Saúde (Portaria de Criação do Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF e o Caderno de Apoio à Saúde a Família): Delineiam diretrizes para iniciativas de práticas corporais no NASF, porém estas diretrizes não são específicas do profissional de educação físicas, mas sim de interação de diversos profissionais.

A partir das constatações acima, percebe-se que apesar de existirem documentos para formalizar a atuação do profissional de educação física, estes são falhos e culminam na não regulamentação da atuação do profissional na saúde pública, desfavorecendo a profissão. Esta interdisciplinaridade, exige do profissional um maior aperfeiçoamento através de especializações, contribuindo com que os profissionais sejam mais severamente exigidos sobre a necessidade de terem competências específicas que viabilizem sua atuação no serviço público.

De maneira geral, o profissional de educação física detém uma capacidade relevante de atuar estrategicamente como parceiro a comunidade, contribuindo diretamente para a promoção da saúde e qualidade de vida, sobretudo dos grupos especiais: idosos, obesos, cardiopatas e diabéticos. Este profissional, parceiro da saúde, necessita compreender os fundamentos do Sistema Único de Saúde e, sobretudo, viabilizar uma via de mão dupla com os demais profissionais de saúde, colocando sempre em primeiro lugar os cuidados oferecidos às comunidades. Por outro lado, é preciso que os órgãos públicos viabilizem estrutura física, através de investimentos financeiros, necessária para que os educadores físicos possam contribuir positivamente na promoção e reabilitação da saúde.

Sabemos que prevenir a saúde é um grande investimento, quando bem realizado. Portanto, os profissionais de educação física que ainda possuem seu campo de atuação restrito, devem procurar frente seus representantes via Conselho Regional e Federal, meios para que a saúde pública seja um livre espaço de atuação e um celeiro de oferecimento de serviços que contribuam diretamente para a melhoria contínua de vida dos seres humanos, assumindo sempre o caráter estratégico de parceiro da comunidade e das políticas públicas, através de sua atuação na prevenção de diagnósticos de adoecimento.



CONCLUSÕES

A partir do estudo realizado, pode-se concluir o quão é importante a presença do Educador Físico na vida das pessoas, sendo necessário a presença destes profissionais no sistema público de saúde.

O embasamento alicerçado em publicações, afirma com propriedade os benefícios trazidos pela prática de atividades físicas acompanhadas pelo profissional, ficando claro que as oportunidades de atuação do educador na saúde pública, justificam-se perante a necessidade da própria população, bem como as restrições financeiras de acesso a serviços pagos para realização de atividades físicas.

Os estudos mostram que uma considerável parte da população não tem condições de pagar por um acompanhamento qualificado de profissionais de Educação Física, sendo assim, o setor público deve enxergar melhor esta área da saúde, principalmente sob a ótica do custo-benefício para os cofres públicos, uma vez que é muito mais barato prevenir doenças que as tratá-las.

Vale ressaltar também que, apesar das grandes oportunidades existem muitos desafios a serem enfrentados pelos profissionais para viabilizar de maneira digna e formal a atuação destes na saúde pública. É totalmente necessária a criação de políticas públicas voltadas para a inserção destes profissionais nas Unidades de Atenção Básica de saúde. Além disso, é necessário que os próprios profissionais se especializem para que possam ter as competências necessárias para exercerem atividades de qualidade no atendimento à população.

Sobre seu papel estratégico no atendimento à saúde, o educador físico configura uma emergente necessidade de atuação como parceiro de médicos, enfermeiros e fisioterapeutas, uma vez que sua atuação não deve ser vista como meramente assistencial, mas sim prioridade na promoção de saúde e qualidade de vida.

De maneira geral, o professor de Educação Física tem um papel fundamental na sociedade, promovendo inúmeros benefícios para a saúde. Considerando a escassez de estudos sobre a atuação dos profissionais de educação física na saúde pública, é de extrema importância que mais estudos sejam realizados com o intuito de contribuir para uma maior visibilidade dos órgãos públicos em relação ao bem-estar e qualidade de vida da população, bem como a atuação destes profissionais.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA. **Consórcio apresenta o maior panorama sobre o setor de atividade física nos país.** Rio de Janeiro, 2004. Disponível em:

<http://www.confef.org.br/extra/revistaef/show.asp?id=3513>

COUTINHO, Silvano da Silva. **Competências do profissional de Educação Física na Atenção Básica à Saúde.** Universidade de São Paulo. Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto. p, 208. Ribeirão Preto, 2011. Disponível em:

http://www.listasconfef.org.br/comunicacao/banco_de_ideias/SilvanodaSilva.pdf

JESUS, Tânia Cristina de Oliveira. **O sentido da educação física nos Programas de Saúde da Família (PSF) para a comunidade e profissionais de saúde.** Universidade Federal do Goiás. Faculdade de Educação Física. p, 41. Goiás, 2013. Disponível em:

<http://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/4619/5/TCCG%20%E2%80%93%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20F%C3%ADsica%20-%20T%C3%A2nia%20Cristina%20de%20Oliveira%20Jesus.pdf>

MALTA, Deborah Carvalho. **Padrão de atividade física em adultos brasileiros: resultados de um inquérito por entrevistas telefônicas.** Brasília, 2009.

MENDES, M.A., ROMBALDI, A.J., AZEVEDO, M.R., BIELEMANN, R.M. HALLAL, P.D. **Fontes de informação sobre a importância da atividade física: estudo de base profissional.** Universidade Federal de Pelotas. Rio Grande do Sul, 2010.

PITANGA, Francisco José Gondim. Epidemiologia, atividade física e saúde. **Revista Brasileira de Ciência e Movimento.** Universidade Católica de Brasília. Brasília, 2002. Disponível em:

<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/463/489>

SILVEIRA, D.T.(org.), GERHARDT, T.E. (org.). **Métodos de Pesquisa.** Universidade Aberta do Brasil. Curso de Graduação Tecnológica, Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 2009, p.120 Disponível em :<

<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>

SOUZA NETO, Samuel. **A formação do profissional de educação física no Brasil: Uma história sob a perspectiva da legislação federal no século XX.** Departamento de Educação – Instituto de Biociências – Universidade Estadual Paulista – UNESP. Rio Claro – São Paulo, 2004, p. 113-128

TAVARES, A.N., BRASIL, G.B., PINTO, R.F. A importância do professor de Educação Física na Estratégia Saúde da Família (ESF). **Revista Digital.** Buenos Aires. Ano 16, n.165. 2012. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd165/professor-de-educacao-fisica-na-saude-da-familia.htm>